

ARTIGOS

*“Naturalmente” feias, subalternas e masculinas:
representações da mulher negra na revista
Educação Física (1939-1944)*

*“Naturally” ugly, subaltern and masculine:
representations of the black woman in the
magazine Education Physica (1939-1944)*

Jéferson Luis Staudt*
Magna Lima Magalhães**

Resumo: Este texto propõe algumas reflexões sobre as representações da mulher negra na revista *Educação Física*, durante a direção técnica de Hollanda Loyola (1939-1944). Em um contexto sociopolítico que creditava às mulheres o dever cívico de gerar a prole nacional fisicamente sadia e racialmente regenerada, a revista, cujos discursos concorriam à negação do grupo de mulheres negras, veiculou representações destas, ora por sua feminilidade desviante, ora por sua raça “naturalmente” feia e disgênica. Atendendo aos anseios políticos de seu tempo, o periódico materializou, a partir dos corpos que evidenciou e dos corpos que ocultou nas

Abstract: This text proposes some reflections on the representations of the black woman in the Revista *Educação Physica* during the technical direction of Hollanda Loyola (1939-1944). In a sociopolitical context that credited women with the civic duty to generate a physically healthy and racially regenerated national offspring, the magazine conveyed representations of the black woman whose discourses contributed to the negation of this group, whether for their deviant femininity or their race “naturally” ugly and dysgenic. Attending to the political anxieties of his time, the journal materializes, from the bodies that it evidences and of the bodies that it conceals

* Licenciado em Educação Física pela Universidade Feevale. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. *E-mail:* jefersonstaudt@feevale.br

** Doutora em História. Docente no curso de História e do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. *E-mail:* magna@feevale.br

concepções do belo e do maternal, seus anseios para o futuro da nação, uma vez que, na revista *Educação Physica*, regenerar, higienizar e civilizar eram sinônimos de branquear.

Palavras-chave: Revista *Educação Physica*. Gênero. Raça. Mulher negra.

in the conceptions of the beautiful and the maternal, its futuristic desires of nation, since in the *Education Physica Magazine*, to regenerate, to sanitize and to civilize is synonymous with bleaching.

Keywords: Magazine *Educação Physica*. Gender. Race. Black Woman.

Considerações iniciais

O corpo feminino é um elemento histórico, social e cultural, cuja materialidade é permanentemente construída e reconstruída por meio de discursividades. Em tempos e lugares distintos, os discursos inserem esse corpo em uma rede de saberes, que, ao informar “o que é ser uma verdadeira mulher”, constroem, como efeitos de poder, corpos femininos desviantes, relações de poder e classificações sociais. (FOUCAULT, 2005).

As concepções do que seria próprio ao “universo feminino” foram propaladas, ao longo dos tempos, por campos de saberes como a Medicina, a Biologia e a Educação Física, que, em conjunturas específicas e de maneiras diferentes, suscitaram na mulher a “consciência de si”, tornando o corpo feminino investido de um poder-saber capaz de orientá-la a uma fruição corporal “condizente com a morfologia do seu sexo”. (FOUCAULT, 1999).

A respeito disso, na década de 1930, coube à Educação Física um papel substancial no projeto político de engrandecimento da Pátria. Tendo em vista a ideia de que somente mães fortes, ativas e sadias poderiam gerar uma raça regenerada, creditava-se especial importância às práticas provenientes da Educação Física feminina, sobretudo, diante da ameaça de degeneração racial, que pairava sobre a população tida como indolente, fraca, incivilizada e sem perfil étnico definido. Sendo assim, a Educação Física era largamente compreendida como estratégia eficaz de instauração de hábitos de vida moralizados, modernos e fisicamente ativos, convenientes, do ponto de vista político, para a produção de corpos delgados, ágeis, eficientes e laboriosos, habilitados a colaborar para o projeto de industrialização e modernização do Brasil. (GOELLNER, 2003; LINHARES; LIMA; OLIVEIRA, 2009).

Atenta às questões de sua época, a revista *Educação Física* (1932-1945), um dos primeiros periódicos da Área,¹ veiculava discursos que constituíam a beleza e a delicadeza como predicados inerentes ao “ser feminino” e a maternidade como compromisso cívico da mulher brasileira, destinada a gerar uma prole vigorosa e sadia para um país ansioso por modernizar-se. Sob esse ângulo, recomendava aos homens e às mulheres a prática periódica de exercitação física, como estilo de vida salutar e moderno, desde que fossem salvaguardadas as distinções físicas e os *destinos* sociais de cada sexo. (GOELLNER, 2003).

A percepção de que às mulheres caberia desempenhar uma função social específica era defendida, na época, com base na distinção biológica entre homens e mulheres. As diferenças orgânicas seriam, portanto, balizas referenciais que justificariam as desigualdades em âmbito social. Todavia, convém advertir que as relações de gênero não diferiam somente no sentido masculino-feminino, podendo ainda fragmentar o polo feminino em arranjos de raça, classe, etc. Nessa perspectiva, quando as desigualdades de gênero são visualizadas do ângulo das mulheres negras, percebe-se que as relações de poder podiam ser exercidas de forma particular, uma vez que a intersecção de dois ou mais marcadores identitários – gênero, raça, classe, etc. – desencadearia relações de poder e subordinação sobrepostas e entrecruzadas – sexismo, racismo, classismo, etc. (LOURO, 1997; CRENSHAW, 2002).

Convém lembrar que Silvana Goellner (2003), ao analisar as imagens femininas nas 88 edições da revista *Educação Física*, evidencia que o periódico elegeu a mulher jovem, branca, heterossexual e de classe média como referência de beleza, feminilidade e maternidade para o País, sobretudo, em um cenário político no qual a identidade nacional era pauta abertamente discutida. Dentre todos os números analisados, a autora indica apenas uma referência à mulher negra constituída na articulação entre imagem e texto, que exhibe uma mulher negra nua e de costas, cuja imagem revela um corpo delineado, bonito, sensual e erótico; entretanto, sem rosto, sem identidade e sem maiores menções à sua raça.

Ancorado nos Estudos de Gênero (SCOTT, 1990; LOURO, 1997) e nas preposições de Foucault (1999; 2005; 2009a; 2009b), este artigo propõe algumas reflexões sobre as representações da mulher negra na revista *Educação Física* entre os anos de 1939 e 1944, período em que a editoração técnica esteve sob os cuidados do professor de Educação Física, Francisco de Assis Hollanda Loyola, que assumiu o cargo após desligar-se da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Para tanto, os exemplares que compreendem o período de direção técnica de Loyola foram acessados de forma integral, da edição n. 34, de setembro de 1939, à de n. 81, de julho de 1944. Já a imagem da mulher negra identificada por Goellner (2003) foi publicada na edição n. 8 do periódico, ou seja, anteriormente ao período em que Loyola exerceu as funções de editor técnico da revista² e em cujo recorte temporal foram localizadas quatro outras imagens da mulher negra: nas edições n. 46, 49, 51 e 59. Nos artigos *Pode a mulher praticar o futebol?*, de autoria de Hollanda Loyola, publicado na edição n. 46, e *Porque a mulher não deve praticar o futebol*, assinado por Humberto Ballariny, na edição n. 49, há articulações entre imagem e texto, pelas quais é possível perceber a presença de mulheres negras nas equipes de futebol feminino. Nas edições n. 51 e 59, as charges da coluna *Bola...*, publicada na seção *Diversos*, exibiram ilustrações que satirizam mulheres negras em trajes domésticos. Além dessas imagens, o artigo *Educação Física e beleza feminina*, assinado por Loyola, na edição n. 37, compõe as fontes utilizadas neste artigo, tendo em vista a alusão feita em seu texto à Vênus Negra.

Vale mencionar que este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla,³ que analisa a visibilidade do negro na revista *Educação Physica*, no período da direção técnica de Hollanda Loyola (1939-1944), considerando os vínculos políticos deste com a extinta AIB, cujo projeto de regeneração nacional acolhia concepções de raça e homogeneidade racial. Com a remoção da poeira nos achados, foram encontradas representações de mulheres negras, que são concebidas como fontes fecundas, para discutir sua visibilidade na década de 1930 e o papel que a revista *Educação Physica*, notadamente atenta às questões de seu tempo, desempenhava em termos de positivação ou negação das mulheres negras, como “identidade racial possível”, no período de constituição do Estado nacional.

Diferença negra, identidade branca: mulheres negras fora da “norma”

O futebol surgiu no Brasil, em 1884, como uma prática esportiva e de lazer essencialmente destinada aos homens brancos da elite brasileira. No início do século XX, mais especificamente, na década de 1930, o futebol tornou-se profissional, e a prática popularizou-se, *viabilizando* o acesso de pobres e negros ao esporte.⁴ (PISANI, 2014).

Na mesma década, o esporte e, especialmente, o futebol tornaram-se um instrumento político de mediação entre o Estado e a sociedade, resultando

em um importante elemento de identificação dos brasileiros com a nação. Preocupado com a coesão nacional, Getúlio Vargas investiu na espetacularização do fenômeno esportivo, nas celebrações cívicas e na difusão do esporte via rádio, jornais e imprensa periódica, uma vez que as vitórias da seleção masculina de futebol nutriam o orgulho cívico e congregavam as massas. Durante o Estado-Novo (1937-1945), sobretudo, a correlação esportiva entre Estado e juventude teve como pano de fundo a intenção política de construir “uma nova raça brasileira” – civilizada, moralizada e sadia –, por intermédio da prática regular de esportes e da Educação Física. (DRUMOND, 2009).

Em decorrência da importância política conferida à Área, na década de 1930, a Educação Física ganhou evidência e representatividade em diversas instâncias, dentre as quais: a criação dos primeiros cursos de formação de professores, a obrigatoriedade nas escolas de todo Brasil, a referência nos documentos constitucionais de 1934 e 1937, assim como a publicação de periódicos especializados, caso da revista *Educação Physica*. (SILVA, 2014).

Desde seu aparecimento no Brasil, a história do futebol vem sendo contada a partir da perspectiva dos homens, seja na qualidade de jogadores, seja de torcedores ou mesmo daqueles que registram as memórias da modalidade, ocultando a presença feminina nesse esporte. Virilidade e competitividade são predicados provenientes da prática e estão estreitamente ligados a um ideal de masculinidade *incompatível* com a *natureza* feminina. (PISANI, 2014).

Dessa forma, a história do futebol tem colocado às margens da memória a presença das mulheres,⁵ que, em épocas e lugares distintos, resistiram às convenções morais e sociais de seu tempo, para afiliarem-se à prática esportiva. Embora a prática de esportes, como o futebol e as lutas, fosse considerada imprópria ao “universo feminino”, em 1921 jornais do País noticiaram a disputa da primeira partida de futebol entre mulheres na cidade de São Paulo.⁶ (GOELLNER, 2005; PISANI, 2014).

Dez anos mais tarde, em 1940, a revista *Educação Physica* publicou dois textos que colocaram em discussão a possibilidade de as mulheres praticarem futebol: “*Pode a mulher praticar o futebol*”, veiculado na edição n. 46 e de autoria de Hollanda Loyola, e “*Porque a mulher não deve praticar o futebol*”, assinado por Humberto Ballariny, na edição n. 49.

O texto de Hollanda Loyola faz menção a um grupo de moças cariocas que, há alguns meses, havia se organizado e iniciado a prática do futebol

em clubes do subúrbio do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a crônica havia sido escrita em resposta às muitas consultas de leitores interessados em saber se as mulheres poderiam ou não praticar futebol.⁷

Em resposta à questão, Loyola afirmou que não havia inconvenientes na prática do futebol feminino, desde que fosse praticado de forma racional e adaptado aos “princípios de natureza fisiológica” das mulheres, ou seja, sem prejuízos à beleza e à delicadeza femininas. (LOYOLA, 1940, p. 20). Sem perder de vista as “limitações fisiológicas” e os “desígnios” sociais das mulheres de seu tempo, a revista *Educação Física* sugeria às moças a prática da natação, da dança e, sobretudo, da ginástica,⁸ tidas como atividades que supostamente não causariam danos anatomofisiológico ao seu corpo. (GOELLNER, 2003).

A preocupação social com a presença feminina no futebol reporta à constituição discursiva das mulheres da época, cujo corpo, essencialmente articulado às noções de família, beleza, maternidade e fragilidade, tornou-se elemento impensável em territórios construídos a partir dos parâmetros dos corpos masculinos. Desse ângulo, os estímulos à exercitação física feminina eram advogados com base na constituição de um organismo materno forte, educado, moralizado e higienizado, apto a gerar uma prole nacional sadia e regenerada. Nesse sentido, a exercitação física feminina era tolerada desde que não infringisse os limites “naturais” do seu sexo: “Ser forte sem deixar de ser frágil”. (GOELLNER, 2003, p. 73).

Humberto Ballariny, por sua vez, defendia a atividade física feminina, inspirado na ideia de que as condições físicas do organismo social possuíam relação direta com o corpo feminino sadio e, tal qual Loyola, argumentava em favor de uma Educação Física feminina baseada nos aspectos fisiológicos, sem prejuízos à saúde reprodutiva das mulheres. Embora, paradoxalmente, não visualizasse inferioridade física nas mulheres, entendia que havia “missões a cumprir diametralmente opostas; razões pelas quais os seus atos não devem ser computados por uma mesma norma”. (BALLARINY, 1940, p. 36).

Ao constituir a mulher-mãe⁹ como *verdadeira* mulher brasileira, dotada de beleza, graça, encanto e docilidade, Ballariny designava a maternidade como *missão* feminina, e toda a formação moral, intelectual e física da mulher deveria estar calcada nos “destinos de sua natureza”. O futebol, nessa perspectiva, seria uma prática violenta, combativa e agressiva, inapropriada à manutenção da beleza física e à “vocação” reprodutiva da mulher, sob a ameaça de provocar traumas na sua região pélvica.

Os argumentos contrários à participação feminina nesse esporte constituíram, como efeito, o futebol como um território essencialmente masculino, seja pelos cuidados com a saúde reprodutiva, seja pelas exigências físicas e técnicas do esporte. As precauções com a saúde reprodutiva masculina, por outro lado, foram ignoradas pela *Educação Physica*, que isentou o compromisso cívico dos homens com o projeto de melhoria da espécie e a conseqüente constituição de uma “nova raça brasileira” saudável, vigorosa e fisicamente eficiente. (GOELLNER, 2003).

Ao proclamar a beleza, a delicadeza e a maternidade, como atributos intrínsecos à *natureza* feminina, Loyola e seus colaboradores utilizavam argumentos biodeterministas e sexistas, para justificar as restrições do acesso feminino ao esporte. As características biológicas, portanto, atuaram como parâmetros referenciais empregados para demarcar, com a materialidade dos corpos sexuados, os sujeitos incluídos e excluídos da prática esportiva.

Além dos argumentos favoráveis à generificação do esporte, nos artigos de Hollanda Loyola e de Humberto Ballariny, as imagens que ilustram as publicações chamam a atenção devido à presença de mulheres negras nas equipes de futebol feminino.

Figura 1 – Equipe do Casino Realengo – Rio de Janeiro



Fonte: Revista *Educação Physica*, ed. 46, set. 1940, p.19.

Figura 2 – Equipe do Benfica F. C. – Rio de Janeiro



Fonte: Revista *Educação Physica*, ed. 49, dez. 1940, p. 36.

Consideradas de modo isolado, essas imagens não passariam de meras ilustrações ou testemunho da experiência de algumas mulheres na prática do futebol, no ano de 1940. Entretanto, pela análise das imagens das mulheres negras em uma perspectiva relacional com as mulheres brancas, içadas a modelo de feminilidade ideal, nota-se que a revista *Educação Physica* conferia espaços específicos de visibilidade para cada uma. O viés produtivo dessas imagens está em seu potencial de fazer circular discursos, que, politicamente orientados, vinculavam-se a uma trama de significados referentes à época. Como linguagem construída a partir de uma ação intencional, presume-se que se desejou significar, transmitir perspectivas sociais e produzir percepções sobre os corpos que evidenciam. (PESAVENTO, 2003; CARVALHO; LIMA, 2009).

Articuladas às imagens das mulheres no futebol, é possível visualizar estratégias discursivas que determinavam lugares socialmente diferentes para os gêneros, com base em “verdades” sobre os perigos do esporte para a natureza reprodutiva feminina. Sendo assim, os discursos disciplinares governavam os corpos femininos, a partir de “uma ordem manifesta do

mundo [...] manifestação em termos de verdade da ordem do mundo”. (FOUCAULT, 2009b, p. 8), baseada na “vocação” feminina de reprodução e procriação da espécie. O governo sobre os corpos femininos, construído mediante a veiculação de discursos pretensamente verdadeiros sobre “a ordem das coisas”, inseria esses corpos em uma rede de poder biopolítico (FOUCAULT, 2009b; FOUCAULT, 2005), que concorria para o controle dos usos “apropriados” do corpo, com vistas aos cuidados com a saúde reprodutiva para a reprodução racial da nação.

Com base nas diferenças físicas e biológicas, a revista definiu, aprioristicamente, espaços de sociabilidade adequados aos homens e às mulheres de seu tempo. A partir da veiculação de discursos sobre as características sexuais de cada um, compunha os domínios do masculino e do feminino embasada em “saberes” acerca das aptidões físicas e da heteronormatividade dos prazeres. Dessa forma, normatizava concepções de gênero e sexualidade e instigava a adoção de práticas direcionadas ao “governo de si”. (FOUCAULT, 1999).

Publicações como as de Loyola e Ballariny reforçavam *saberes* sobre a *condição feminina*, manifestados através de discursos que tornavam a relação entre sexo, gênero e sexualidade coerente, consensual e normativa. Tendo em vista as preposições de Foucault (2009a), avalia-se que os discursos acerca da feminilidade eram veiculados de forma controlada, com a intenção de evitar os possíveis “desvios” e as resistências a um “modo de ser feminino”, constituído como “normal” à época: ser bela, ser frágil, ser esposa, ser mãe, etc. As feminilidades eram construídas na relação com as masculinidades (SCOTT, 1990); para que pudesse ser reconhecida como tal, a mulher da década de 1930 precisaria necessariamente distanciar-se de qualquer comportamento ou prática em que estivessem presentes os predicados masculinos: resistência física, violência, músculos salientes, dentre outros. Sendo assim, a visibilidade da mulher negra, em um esporte tido como apropriado somente ao “universo masculino”, tinha potencial para torná-las reconhecidas, a partir da imoralidade do seu “comportamento masculinizado”, colocando em suspeição sua feminilidade e sua sexualidade.

Socialmente rejeitada no *âmbito feminino*, a mulher negra, por sua vez, poderia ser vista “sendo feminina”, segundo a revista, unicamente no futebol. A hipertrofia muscular não atraente sexualmente, o físico *antiestético* e o espírito agressivo seriam predicados provenientes da prática esportiva e inapropriados à formação moral e física da mulher. (BALLARINY, 1940). A

mulher negra foi enquadrada somente em uma concepção de gênero contrária à feminilidade, ou melhor, oposta a um ideal feminino construído (LOURO, 1997) como delicado, passivo, sexualmente atraente e heterossexual. Assim, a revista optou por torná-la reconhecida somente por sua provável masculinidade. Como efeito dessas representações, o periódico reiterou e atualizou olhares sobre o corpo da mulher negra, que, nos jornais do século XIX, já era exibida como forte e quase sem distinção em relação aos homens. (FREYRE, 2010).

Por outro lado, as relações de gênero vistas de uma perspectiva dicotômica, ou seja, somente a partir da relação masculino-feminino, usualmente concebem as relações de poder segundo uma lógica invariável de dominação-submissão, que é preestabelecida e se autorreproduz. (SCOTT, 1990). A visibilidade conferida pela *Educação Physica* às mulheres em “locais masculinos”, entretanto, paradoxalmente, desestabilizava a construção hierárquica das masculinidades e feminilidades, que, não estando na “natureza das coisas”, estariam, ao invés disso, sujeitas à reversão e à contestação.

Se “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1999, p. 91), a mulher futebolista era uma dentre outras múltiplas formas de resistir, as quais provavelmente as mulheres tenham encontrado como modo de deslocar o caráter fixo e *natural* das posições de gênero. Embora às mulheres negras tenha sido reservado um espaço de visibilidade distanciado das noções de beleza, delicadeza e maternidade, em contrapartida, seu corpo foi visto em um espaço de reação e transgressão das fronteiras morais e sexuais, que predeterminavam os destinos femininos.

Convém indicar que, no início do século XX, o espaço de atuação da mulher negra não estava restrito somente ao âmbito privado. Devido à dura exclusão sofrida pelos homens negros no mercado de trabalho, preteridos em relação à mão de obra do imigrante europeu, as mulheres negras tiveram de exercer variadas funções, para prover o sustento de sua família.¹⁰ Além disso, não raras vezes, o lar dessas mulheres não contava com a presença masculina. Pobres, discriminadas e submetidas às duras condições de vida legadas pelo período colonial, não havia entre elas espaço para a imagem da esposa passiva e submissa às vontades do marido; ao invés disso, preocupavam-se em obter meios de prover seu próprio sustento, sendo o trabalho doméstico a saída mais próxima. (NEPOMUCENO, 2012).

Visibilizada pelo periódico em um lugar de desvio/transgressão da *norma* feminina, menções às *habituais* ocupações domésticas da mulher negra

também estavam entre as formas utilizadas pela revista, para tornar vistas e ditas as mulheres negras.

Figura 3 – Bolas: Fantasias para o carnaval **Figura 4** – Bolas



Fonte: Revista *Educação Física*, ed. 51, 1941, p. 76.



Fonte: Revista *Educação Física*, ed. 59, 1941, p. 74.

Publicadas nas edições n. 51 e 59, as charges compõem a coluna *Bolas...*, veiculada pela revista na seção *Diversos* e da autoria de Darcy, sobre o qual há pouquíssimas informações. “*Bolas...*” estampava as páginas da revista com charges que relacionavam os esportes a variados assuntos proeminentes da época de sua veiculação. Sob os dizeres “*Ciclismo (domésticas de Copacabana) Fantasia ou realidade?*” e “*Aliás: A tal...*”, ambas as figuras apresentam uma mulher negra andando de bicicleta, de óculos escuros, de luvas nas mãos, calçando tamancos e com um lenço amarrado na cabeça, fazendo clara menção à empregada doméstica negra. Ainda que os afazeres do lar estivessem entre os elementos concebidos pelo periódico, como substanciais à constituição da mulher moderna, na condição de esposa comprometida com os labores do lar e com os cuidados maternos, as charges,

em tom satírico, em nenhum momento sugerem uma aproximação com os cumprimentos dos “papéis” femininos propalados pelo periódico. Ao invés disso, conotam formas racistas e estereotipadas de fazer referência à mulher negra e de reiterar um *lugar-comum* de visibilidade desse grupo, ou seja, comumente em locais de submissão e servidão.

Reforçar percepções pejorativas sobre a mulher negra foi uma estratégia política utilizada para salientar que os *desígnios* morais, sociais e cívicos seriam admissíveis apenas às mulheres brancas. Sob esse prisma, o “domínio doméstico” seria positivado somente a partir da imagem da mulher branca, casada e “mãe de família”, capaz de constituir a família nuclear idealizada pela revista: branca, hétera e de classe média.

Obedecendo a uma necessidade interna de percepção social (BOSI, 1992), a mulher negra era um corpo que não poderia ser visto nem dito em espaços nos quais transitariam os entendimentos de beleza, fragilidade, maternidade e regeneração racial. Comumente reconhecida em locais de subalternidade e servidão, era necessário reproduzir as mesmas feições, as suas “naturais” aptidões e seus “irrecorríveis destinos sociais”, para que aparentasse “ser a mesma”, “sempre igual a si” e estabilizada em sua imagem.

As vestimentas e a negrura satírica da ilustração são acionadas pela revista, para informar a *imobilidade* da imagem da mulher negra, que não poderia ser alterada sob pena de desestabilizar a “norma” feminina branca, advogada por Loyola e seus editores. Assim sendo, a revista (re)produzia um *lugar-comum* de representação da mulher negra, que, do ponto de vista social, era potencialmente útil para manter as percepções racistas e estereotipadas sobre sua identidade racial e, conseqüentemente, para manter as hierarquias sociais fundamentadas, a partir da ratificação da posição privilegiada da mulher branca.

Sob esse ângulo, a *Educação Physica* preferiu evidenciar as “naturais” ocupações sociais das mulheres negras e silenciar sobre seu protagonismo, no associativismo negro da primeira metade do século XX. Há registros de associações negras formadas por mulheres, caso da Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, em Pelotas (1908), e da Sociedade Brinco das Princesas, em São Paulo (1925). Na década de 1930, as mulheres negras ainda assumiram importantes funções na Frente Negra Brasileira (FNB). A Cruzada Feminina, por exemplo, era composta por mulheres empenhadas na realização de trabalhos assistencialistas, enquanto as Rosas Negras organizavam bailes e eventos artísticos. (DOMINGUES, 2007).

Eleita parâmetro de beleza e maternidade, a mulher branca heterossexual fixou, com a visibilidade de seu corpo nas danças, na natação e nas atividades ginásticas apropriadas ao “ser feminino”, aquilo que para a revista *Educação Physica* era concebido como emblema de mulher ideal. A universalização dos corpos femininos brancos, nas discussões correlatas ao belo, por exemplo, concorria para constituir o entendimento de beleza feminina, como uma qualidade “naturalmente” branca.

Nas primeiras décadas do século XX, os escritos de Renato Kehl¹¹ constituíam a beleza física feminina, como característica hereditária, portanto, pelas leis da hereditariedade, algumas mães dotariam de beleza sua prole, enquanto às outras restaria a “fealdade”. Kehl defendia que a purificação racial do País poderia ser alcançada através de medidas de restrição matrimonial e de reprodução sexual, que, amparadas por lei, definiriam os aptos e os inaptos à reprodução da espécie. Sob esse ângulo, desaconselhava a mistura entre raças distintas, sobretudo, entre brancos e negros, uma vez que a prole negra originaria tipos débeis, fracos, feios e inferiores, herdeiros de vícios e perturbadores da ordem social. (SILVA, 2008; CARNEIRO, 2013).

Foi nessa mesma perspectiva que, na década de 1930, em nome da civilização e do progresso nacional, a diversidade social e étnico-racial deveria ser evitada, cabendo à intervenção direta do Estado a manutenção da beleza física e da homogeneidade racial do Brasil. Intelectuais, como Oliveira Vianna¹² e o próprio Renato Kehl, foram convidados a compor a comissão que pensaria uma política imigratória para o País, direcionada à formação de uma raça brasileira eugênica, preferencialmente branca, sadia e produtiva. As barreiras restritivas à imigração, sob o argumento da incompatibilidade negra, com a identidade racial brasileira, somavam-se à veiculação de literaturas racistas, bem como às veiculações da imprensa periódica sobre a constituição de tipos estranhos à formação do País. (CARNEIRO, 2013).

Do ponto de vista eugênico, a saúde racial das mães era um recurso biológico substancial para a constituição da nação, assim como a moralização da reprodução sexual. Para tanto, era incentivado o controle matrimonial por intermédio de exames médicos e certificações pré-matrimoniais, que cerceavam a reprodução de sujeitos disgênicos. Naquele momento, os discursos sobre gênero, raça e nação se tornaram estratégias biopolíticas basilares, empregadas com vistas ao controle da reprodução sexual dos sujeitos eleitos, como perigo biológico à manutenção da espécie. (STEPAN, 2005; FOUCAULT, 2005).

Como parte da imprensa periódica da década de 1930, Loyola e sua linha editorial tornaram o corpo da mulher negra um elemento visto e dito no esporte, em que os entendimentos de beleza e maternidade se faziam ausentes, isto é, o futebol. Ainda que o caráter possivelmente “nocivo” da reprodução sexual da mulher negra não tenha sido abertamente defendido pelo periódico, este utilizava como estratégia política a ausência do corpo negro nas discussões relacionadas à maternidade, as quais conferiam visibilidade à mulher branca em atividades como a natação, a dança e a ginástica.

Da perspectiva da mulher negra, além do seu “esquecimento” nas representações de maternidade e beleza manifestadas nas edições conduzidas por Loyola, cuja política editorial optou, em especial, pelo enaltecimento da beleza clássica das estatuárias gregas, merece registro a referência à “fealdade” da estética negra realizada pelo autor, quando tratou da IV Conferência Internacional de Beleza Feminina, no artigo “Educação Física e beleza feminina”, publicado no exemplar n. 37, em 1939.

Loyola declarou que, na ocasião do evento, realizado em Hollywood, havia-se chegado à conclusão de que a mulher, para ser bela, deveria ter três coisas brancas em seu corpo: a pele, os dentes e as mãos. (LOYOLA, 1939). Para além da concepção caucásica de beleza feminina, construída na Conferência, seu vulto, em um dos exemplares que marcou o início da direção técnica de Loyola, seria o prelúdio de uma linha editorial que, como dito, veria, na exaltação da beleza clássica de Afrodite e de Vênus de Milo (KEHL, 1940), expressões indeléveis de beleza física feminina, projetadas à moderna mulher brasileira. No mesmo texto que acolheu a brancura da pele e a harmonia das formas, como requisitos de beleza, Loyola reportou-se à Vênus Hotentote ou Vênus Negra, como mulher desprovida de beleza, em virtude das desproporções de seu corpo, cujas formas avantajadas supostamente seriam patológicas.

Nascida no território que atualmente corresponde ao Sul da África, Sara Baartman, mais conhecida como Vênus Hotentote, foi levada de junto do povo Khoisan para ser exibida como “aberração” em feiras, shows, circos e museus na Europa. As particularidades do corpo da africana, sobretudo sua baixa estatura (cerca de 1,37cm) e sua esteatopigia – nádegas e genitália protuberantes –, teriam motivado a captura e a posterior exposição em eventos no início do século XIX. Sem informações precisas quanto à data de seu nascimento (1789 ou 1790), Sara Baartman teria chegado à Inglaterra

em 1810, conduzida por Alexander Dunlop, médico inglês, que exportava espécies de fauna e flora assim como nativos provenientes das colônias inglesas. (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

O termo *hotentote*, usado para fazer referência a pessoas de cultura e intelecto inferior, vinha sendo utilizado desde o século XVII pelos colonizadores holandeses da África do Sul, para designar os sons característicos de algumas linguagens africanas: *Hot-en-tot*. Ademais, a nomeação *Vênus Hotentote* guardava os estereótipos e as ambiguidades do discurso colonial, uma vez que conviviam nessa denominação a imagem mítica da Vênus, deusa do amor e da beleza, e a figura do animalesco e do selvagem, presente no imaginário europeu do século XIX. (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

Em virtude da hipertrofia de suas nádegas, causada pelo acúmulo de gordura, a designação de Sara Baartman, como *Vênus Hotentote*, fez uma satírica e irônica referência à Afrofite Kallipygus, ou Vênus Calipígia, a “possuidora de belas nádegas”. À custa de sua conformação física, a jovem africana era exibida dentro de uma jaula, em shows, nos quais seu corpo era relacionado a noções como “fêmea selvagem” e “sexualidade incontrolável”. Após seu falecimento em 1815, o cadáver de Sara Baartman foi dissecado por Georges Cuvier. Do seu corpo, ainda foi feito um molde em gesso, e foram removidos o cérebro e a genitália para preservação em formol e posterior exposição no *Musée de L’Homme* até 1974, junto com seu esqueleto. (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

Reiteradas, na *Educação Physica*, por Hollanda Loyola, as “anormalidades” físicas da Vênus Negra foram empregadas para advertir que qualquer mulher, distanciada da centralidade do corpo feminino branco e esguio, seria tomada como desvio da “norma” estética e do padrão de beleza caucásica almejado pela revista. A rejeição da Vênus Negra como forma distinta de ser bela condiz com os contornos políticos dessa revista, que positivou a brancura da pele e o equilíbrio das proporções corporais, como requisitos basilares de beleza feminina.

A exaltação de determinado corpo, como, única possibilidade de beleza e maternidade, constitui uma estratégia discursiva com perspectivas sociais que evidenciam os corpos que se escolhe exibir e, também, os que se prefere silenciar. A seleção não é desprovida de relações de poder e de intenções políticas, que, nesse caso específico, fazia circular, em um jogo de “presença-

ausência”, as inclinações políticas da revista, a partir dos corpos que escolhia ou não para comporem os entendimentos do belo e do maternal.

Em um período em que se pretendia invisibilizar os corpos negros, devido à feiúra e à “natureza” imoral, disgênica e desordeira da sua raça, a revista *Educação Physica* negou as concepções do belo e da reprodução da espécie à imagem da mulher negra, o que insere o periódico na imprensa favorável ao branqueamento da nação. Por outro lado, é pertinente observar que, na década de 1930, não havia um consenso intelectual e político acerca das discussões concernentes ao “problema racial”. Em paralelo ao racismo de Estado, expresso na política de restrição imigratória e aos discursos racistas propalados por autores, como Oliveira Vianna e Renato Kehl, pensadores como Gilberto Freyre, Ulysses Pernambuco e Arthur Ramos, encabeçavam eventos notadamente contrários aos pressupostos racistas.¹³ Acrescenta-se a esses aspectos a mobilização política do movimento negro, especialmente, a Frente Negra Brasileira (FNB), que emerge na década de 1930 e aquece o debate racial daquele período. (DOMINGUES, 2007).

As relações de poder que se exerciam na “imposição masculina” de propósitos sociais às mulheres brancas da época, portanto, não produziam os mesmos efeitos de poder do ponto de vista das mulheres negras. Se, de um lado, os imperativos de beleza e a regeneração racial da nação foram atribuições arbitrárias e unilaterais, por outro, faziam circular efeitos positivos, no que tange ao protagonismo das mulheres brancas, no projeto de embelezamento, depuração racial e branqueamento da espécie. Em contrapartida, os discursos que constituíam o corpo da mulher negra a inseriram em uma rede de poder, cujo efeito mais provável era uma rejeição social de perspectiva bidirecional: racialmente inapta à constituição de uma prole sadia, forte e bela, bem como rejeitada por seus desvios à feminilidade hegemônica.

A partir de relações de poder e subordinação, construídas com base na interseção entre gênero e raça, a revista *Educação Physica* veiculava representações da mulher negra, cujos sentidos deslocavam seu corpo do entendimento de beleza e feminilidade hegemônica e lhe negavam a possibilidade biológica de procriar a “nova raça” brasileira. Representada como empregada doméstica, no interior de concepções de “feiúra” física, ou em território “essencialmente masculino”, suas *naturais* competências, a *fealdade* do seu corpo e a indelicadeza de sua conduta atuaram como salvaguardas da centralidade da mulher branca e da manutenção da mulher

negra às margens dos desejos de futuro de nação. A desqualificação da sua imagem era necessária para fundamentar e sedimentar a posição social privilegiada da mulher branca, compreendida como referência de beleza, feminilidade e identidade de gênero e raça; um corpo “naturalmente” apropriado para gerar uma prole nacional racialmente regenerada e adequada para um futuro promissor ao Brasil.

Considerações finais

Local de inscrição de projetos e desejos políticos, o corpo é tomado, em espaços e tempos particulares, como objeto de discurso de várias áreas do saber que, ao produzirem enunciados pretensamente verdadeiros, inserem-nos em uma rede de poder-saber, que o torna instrumento de manipulação de interesses políticos específicos.

Construído a partir de múltiplos marcadores identitários, o corpo da mulher negra, por seu turno, é engendrado pela revista *Educação Física*, como elemento desviante da “normalidade” feminina branca, que, advogada como referência de beleza, feminilidade e maternidade, foi eleita como arquétipo de um projeto de sociedade que se pretendia higienizada, civilizada, regenerada e moderna.

Tornar o corpo da mulher negra um “desvio da norma” foi estrategicamente necessário, para justificar a seleção da mulher branca como possibilidade única de procriar uma “nova raça nacional”. Para tanto, o periódico tornou a mulher negra um corpo visto e dito somente no esporte concebido como “território masculino”, distanciando-a dos significados de beleza e de fragilidade, notabilizados nas práticas da natação, da dança e, especialmente, da ginástica, pelas quais a revista construiu o entendimento de feminilidade ideal. Satirizada na representação de empregada doméstica, o periódico optou por visibilizá-la na sua “ocupação social habitual”, ao mesmo tempo em que não a exibiu nas representações que constituíam a maternidade como “dever cívico”.

Em um contexto sociopolítico que presenciou a disseminação de “saberes” racistas e a implementação de medidas políticas, com vistas à construção de uma identidade brasileira branca, a revista publicou imagens das mulheres negras instaurando discursos que cooperavam para a exclusão desse grupo, seja por sua feminilidade desviante, seja por sua raça “naturalmente” feia e disgênica. Atento aos anseios políticos de seu tempo,

o periódico materializou, a partir dos corpos que evidenciou e dos que ocultou, seus anseios de nação, uma vez que, na revista *Educação Physica*, regenerar, higienizar e civilizar eram sinônimos de branquear.

Notas

¹ São considerados os primeiros periódicos específicos da Área, a revista *Educação Physica* e a revista *Educação Física* do Exército (FERREIRA NETO, 2002).

² Loyola exerce a função de editor técnico da revista *Educação Physica* entre as edições 34 e 81. Já a menção à mulher negra, indicada pela autora, foi publicada na edição n. 8 do periódico.

³ Pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, da Universidade Feevale, RS.

⁴ Cabe observar, no entanto, que, nesse período, emergiram movimentos de mobilização racial pelo Brasil, que se dirigiram à reversão do quadro de segregação e marginalização, ao qual foi submetida a população negra no Pós-Abolição. Em São Paulo, por exemplo, despontaram agremiações destinadas a promover a sociabilidade racial entre pessoas negras, por intermédio de atividades esportivas, como o boxe, o atletismo e o futebol, indicando que o ingresso dos “homens de cor” nessa modalidade não foi uma realização desprovida de preconceitos e resistências. (DOMINGUES, 2007; ABRAHÃO, SOARES, 2012).

⁵ Até o ano de 1920, as mulheres eram evidenciadas em crônicas esportivas e em colunas sociais como participantes passivas do espetáculo esportivo, na qualidade de espectadoras que traziam beleza e charme às arquibancadas de futebol. (PISANI, 2014).

⁶ Segundo Goellner (2005), a presença das mulheres no esporte ganhou notoriedade somente nas primeiras décadas do século XX, com a participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos. Embora não tenha sido consolidada e sem conflitos ideológicos, a participação oportunizou alguma visibilidade à imagem da mulher atleta.

⁷ Havia naquele período variados pontos de vista sobre a possibilidade de participação das mulheres em determinadas atividades físicas e esportivas. Como resultado de discussões sociais, houve um movimento de cerceamento à participação feminina, em determinadas modalidades esportivas, sob o argumento da preservação da saúde reprodutiva feminina. Essa mobilização, por sua vez, fez com que o General Newton Cavalcanti apresentasse ao Conselho Nacional de Desportos, em 1941, subsídios para a criação de um documento que oficializasse a

impossibilidade da participação das mulheres nas lutas, no boxe, no salto com vara, no salto triplo, no decatlo e no pentatlo. Somente em 1979 foi revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos. (GOELLNER, 2005).

⁸ A prática da ginástica era aconselhada segundo métodos que reafirmassem o “universo feminino” da beleza, do encanto e da delicadeza. Soma-se a esses aspectos o fato de que a ginástica, diferentemente do futebol, não possuía um caráter competitivo, característica vista como prejudicial à formação da personalidade feminina. (GOELLNER, 2003).

⁹ Segundo Goellner (2003), como resultado de representações femininas associadas à higiene, à eugenia e ao civismo, a revista *Educação Physica* teria construído duas imagens femininas que se revezam: a mulher-mãe e a mulher-cívica.

¹⁰ A marginalização dos homens negros do mercado de trabalho tornou as despesas da família um ônus atribuído, sobretudo, à mulher negra. Na época, por

mais que as famílias preferissem domésticas brancas, estas dificilmente submetiam-se aos labores do lar, devido aos baixos salários, às péssimas condições de trabalho e aos frequentes abusos sexuais a que estavam sujeitas. Além de empregadas domésticas, as mulheres negras teriam atuado como sítiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras ambulantes, lavadeiras de roupas, dentre outras ocupações. (NEPOMUCENO, 2012).

¹¹ Renato Kehl foi um dos médicos eugenistas mais influentes do Brasil, seus escritos estabeleciam especial relação com a Educação Física. (SILVA, 2008).

¹² Oliveira Vianna foi advogado, historiador e um dos maiores entusiastas do branqueamento no Brasil, defendendo, inclusive, que o negro era incapaz de civilizar-se. (MAGALHÃES, 2017).

¹³ Referência aos Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937. A esse respeito, indica-se Silva (2010) e Skolaude (2014).

Referências

- ABRAHÃO, Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. A imprensa negra e o futebol em São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 1, p. 63-76, 2012.
- BALLARINY, Humberto. Porque a mulher não deve praticar o futebol. *Revista Educação Física*, ed. 49, p. 36-52, 1940.
- BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p.11-63.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Racismo e Imigração: o modelo ideal do homem trabalhador no campo e na cidade (1930-1945). In: PASATTI, Matteo. *Tra due crisi urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*. Bolonha – Itália: Archetipo Libri, 2013. p. 111-140,
- CARVALHO, Vânia C.; LIMA, Solange Ferraz. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla B. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, 2009.
- FERREIRA NETO, A. et al. *Catálogo de periódicos de educação física e esporte*. (1930-2000). Vitória: Proteoria, 2002.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre os corpos não civilizados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 811-836, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009a.
- _____. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 9 e 30 de janeiro de 1980*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009b.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.
- FREYRE, Gilberto. [1963]. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.
- GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina, imagens da mulher na revista Educação Física*. Ijuí: Unijuí, 2003.
- _____. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.
- KEHL, Renato. A beleza feminina: raras, raríssimas são as mulheres verdadeiramente belas. *Revista Educação Física*, ed. 41, p. 16-17, 1940.

- LINHALES, M. A.; LIMA, D. M. D.; OLIVEIRA, L. T. Médico e educadores na seção de Educação Physica e Hygiene da Associação Brasileira de Educação. In: *XVI Conbrace e III Conice*. Salvador – BA, 2009. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/viewFile/489/825>>. Acesso em: 3 dez. 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOYOLA, Hollanda. Pode a mulher praticar o futebol? *Revista Educação Physica*, eRio de Janeiro, d.46, p.18-20, 1940.
- _____. Educação física e beleza feminina. *Revista Educação Physica*, ed. 37, p. 32-33, 1939.
- MAGALHÃES, Magna Lima. *Associativismo Negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017. 226f.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. *Ponto Urbe* [Online], 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-21, 1990.
- SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- SILVA, André Luiz dos Santos. *Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física*. Porto Alegre: Orquestra, 2014.
- SILVA, Sarah. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- SKOLAUDE, Mateus Silva. Identidade nacional e historicidade: o 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS: HISTÓRIA, VERDADE E ÉTICA, 12, 2014, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo, 2014.
- STEPAN, N. L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

